



Comunicação e mobilização social para o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais – Estudo de Caso em Bituruna, Paraná¹

Katia Regina Pichelli², Embrapa Florestas, Universidade Metodista de São Paulo

Resumo

Este artigo traz parte da pesquisa de campo realizada para desenvolvimento da dissertação de Mestrado “Comunicação e mobilização social em assentamentos rurais em Bituruna/PR” que teve como objetivo analisar o papel da comunicação no processo de mobilização social para o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais. Por meio de Estudo de Caso, com referencial teórico da Teoria da Mobilização Social, de Toro e Werneck, foram realizadas observações diretas e entrevistas com extensionistas e assentados de Bituruna/PR. O estudo mostrou a importância da comunicação e suas ferramentas para melhorar o processo de transferência de tecnologia entre assentados e extensionistas. Este artigo traz um recorte sobre os papéis da comunicação que comprova que a comunicação pode ser melhor utilizada no processo de mobilização e precisa estar inserida em uma perspectiva dialógica e participativa.

Palavras-chave: comunicação; mobilização social; desenvolvimento sustentável; assentamentos rurais

A dissertação de mestrado “Comunicação e mobilização social em assentamentos rurais em Bituruna, Paraná” teve como objetivo geral analisar o papel da comunicação no processo de mobilização e transferência de tecnologias florestais e ambientais em assentamentos rurais para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa caminhou no sentido de: 1) examinar como funcionam os processos de comunicação para transferência de tecnologias rurais no Brasil, em específico para questões florestais e ambientais, observando como tais processos podem ser utilizados como estratégia de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais; 2) verificar como se dá a comunicação para transferência de tecnologia para os assentamentos rurais em assentamentos rurais no Município de Bituruna, Paraná; 3) identificar como acontece o processo de apropriação do conhecimento científico e tecnológico pelos assentados rurais, nos níveis de comunicação micro (pessoal), macro (cursos, reuniões) e massa (jornal, rádio, vídeo); 4) analisar como os veículos de comunicação podem ser utilizados para a transferência de tecnologia.

¹ Trabalho apresentado no VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação Científica

² Jornalista, formada pela PUC/PR, assessora de comunicação da Embrapa Florestas, mestranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: katiapichelli@uol.com.br



Metodologia

A metodologia utilizada foi o Estudo de Caso, de natureza qualitativa, tendo como referencial teórico a Teoria da Mobilização Social, de Bernardo Toro e Nísia Werneck (2004), por meio de observação direta. Para Toro e Werneck (2004, p.13), “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. Em Rabelo (2003), que também utilizou a Teoria da Mobilização Social em estudos sobre a implantação da Agenda 21 no município de Vitória, Espírito Santo, é feita uma análise dos papéis desempenhados pelos atores sociais em um processo de mobilização (a saber: produtor social, editor e reeditor). Para o presente trabalho, que tem como referência inicial a proposta teórica de Toro e passa pelas análises realizadas por Rabelo, aprofundi as reflexões sobre os níveis de comunicação: micro (pessoal), macro (público segmentado) e massa (mídia em geral), considerando as especificidades dos públicos estudados (assentados rurais e técnicos extensionistas).

O local escolhido para este estudo foi o município de Bituruna, localizado no centro-sul do Estado do Paraná, onde estão localizados sete assentamentos, num total de 582 famílias assentadas. Cada nível de comunicação foi estudado minuciosamente, com ênfase especial nos níveis micro e macro. Foram realizadas entrevistas individuais, adaptação de grupo focal e observação de eventos.

No nível **micro** (pessoal) foi estudado como se dá a relação pessoal entre técnicos e assentados, pois nestes momentos são passadas orientações individuais e também é uma forma de capacitação e transferência de tecnologia. Para este estudo foram consideradas as visitas realizadas pelos técnicos aos lotes³ dos assentados, num total de oito (08) entrevistas individuais em diferentes lotes.

No nível **macro** (público segmentado) foram analisadas atividades que envolviam os assentados em situações de capacitação, para saber como as ferramentas de comunicação estão sendo utilizadas. Além das observações diretas, as entrevistas individuais também abordaram aspectos da comunicação macro. Outro aspecto abordado foram os materiais de comunicação a que os assentados têm acesso, tais como folderes, cartilhas e vídeos.

No nível **massa** (mídia) os entrevistados foram instigados a falar sobre sua relação com programas de rádio, vídeo e jornais.

³ Não se considera aqui “propriedade”, pois o assentado ainda não tem a posse definitiva do lote.

Mobilizar para quê?

Na pesquisa⁴ de campo⁵, a pergunta que mais me incomodou foi: “mobilizar para quê?”. Ou seja, qual o sentido de mobilizar estes assentados? Qual o objetivo perseguido? O que existe de comum entre eles, fora a questão de serem assentados rurais? Isso sempre norteou todas as minhas observações durante praticamente um ano de pesquisa de campo.

Ao seguir a definição clássica proposta por Toro e Werneck, a primeira percepção que tive é que, após o processo de assentamento, as pessoas se desmobilizam. Antes, a luta por um pedaço de terra era a grande busca comum. Quando esse objetivo é atingido, a desmobilização acontece. Não deixa de ser emblemática essa passagem da condição de sem-terra para a de assentado:

Aí é a parte da consciência da pessoa. E é à parte do que ela aprendeu quando estava acampada. Porque a reforma agrária ela não é só a terra. E quem cria esta consciência de que a reforma agrária um dos objetivos é a terra, mas além da terra tem outros objetivos pra gente conquistar, que é o direito de liberdade. É você estar bem organizado pra conseguir outras coisas, né. Então você também entende que um dos objetivos é a terra, e tem outros objetivos que você tem que estar organizado pra você conquistar [...] E tem um que não consegue avançar neste processo de reforma agrária. O objetivo dele era a terra. Ganhou a terra, o objetivo deles é projetos e aí quando que se mobiliza? Se mobiliza quando ganhou a terra, se mobilizou, ficou organizado até ali. E quando tem uma reunião de pegar recurso, pegar créditos ele vem, fora disso ele não vem. Este cara não é um operário, não é uma família da reforma agrária, porque nós que temos consciência, nós sabemos que ainda somos assentados. Conseguimos a terra, conseguimos crédito, mas pra nós conseguir mais crédito nos temos que permanecer organizado. Nós vamos ter que pagar um título um dia desta terra (Anísio).

Daria mais certo [*o trabalho nos lotes, o sucesso da produção*] se trabalhasse em grupo, mas como o povo não tem esse costume é duro da gente trabalhar com eles. O povo gosta mais de trabalhar individual, uns querem um lotinho só pra morar ali em cima porque ali é sossegado, não tem ninguém pra encher “as paciência”, ou o pessoal tem outro costume e quer ficar ali acomodado, muita gente às vezes não vem pro assentamento nem pra plantar, querem pra ter um cantinho pra viver o resto da vida deles ali (Getúlio).

⁴ As entrevistas citadas foram concedidas à autora nas seguintes datas: a) Entrevistas individuais com assentados: Anísio – 20 out. 2006; Celestino – 23 out. 2006; Domingos e Fátima – 19 out. 2006; Félix – 23 out. 2006; Getúlio – 19 out. 2006; Luiz e Ílzia – 22 out. 2006. b) Entrevistas individuais com técnicos: Jucélio – 23 out. 2006; Olcimar – 31 ago. 2006; Sandra – 31 ago. 2006; Talles – 31 ago. 2006. c) outros assentados e técnicos que aparecem neste texto participaram de grupo focal em 11 mai. 2006 e 21 out. 2006.

⁵ Na transcrição e citação dos depoimentos, procurou-se ao máximo ser fiel à forma com que os assentados e técnicos falavam e se expressavam, mesmo com erros de português. A intenção foi reproduzir o contexto da conversa e tentar passar um pouco seus “jeitos de falar”. Em alguns momentos, são reproduzidos momentos de diálogo, com o nome de quem fala no começo da citação.

Um dos problemas da falta de mobilização é a própria manutenção do lote pelo assentado. Após algum tempo, por estarem sozinhos, sem organização, acabam não conseguindo prosperar e terminam vendendo o lote ou mesmo abandonando, apesar de ser uma atitude ilegal, como explica Anísio:

Acontece, e quando acontece isso é triste, porque a família sai do assentamento e vai pra onde? Aí vai pra cidade, vai viver de empregado de novo, vai ficar desempregado. Um monte de gente que vendeu os lotes no assentamento [...] hoje já tá sem casa, tá sem terra e, às vezes, até indo pro acampamento né, mesmo sabendo que não vai pegar terra.

Os próprios técnicos que trabalham nos assentamentos estudados também já perceberam esta diferença de condição entre acampado e assentado:

[...] as pessoas se mobilizam pelos interesses delas, sabe? Tipo uma reunião do Pronaf⁶: vem 40 a 50 pessoas. Já uma reunião de agrofloresta⁷ é 25, 26 pessoas entendeu? [...] elas [*as pessoas assentadas*] acham que pegando o Pronaf, comprando semente selecionada, colocando adubo químico, pagando hora-máquina de trator, elas vão fazer agricultura bem feita e vão colher melhores resultados e vão ser felizes, entendeu? Então pro Pronaf ela [*a pessoa*] vem e pro curso de agrofloresta ela não vem (Sandra).

[...] depende muito de como que acontece o andar, a luta, principalmente as dificuldades que têm nessa luta. Porque se ele [*o sem terra*] tá acampado, ele tá lutando: ele mais um grupo tão lutando por um objetivo que é a terra. Aí, a partir desse momento, ele só tem aquele objetivo, que é ganhar a terra, tá na cabeça dele que é só ganhar a terra. Aí ganhou a terra acabou-se. Aí ele não se mobiliza mais pra trabalhar. [...] aquele que é mais consciente, que conseguiu levar uma formação melhor do tempo de acampamento, consegue visualizar alguma coisa pra trabalhar o assentamento [*o lote*]. E muita gente talvez não consiga ter essa visão [...]. Se ele tá sentindo dificuldade em se cooperar para fazer uma coisa, ele vai tentar se cooperar pra fazer, por exemplo, a venda de insumo, a venda de matéria-prima que ele tenha no lote. Aí, se a necessidade é de vários, esses vários se reúnem pra fazer, mas em cima da necessidade, não por uma consciência (Jucélio).

Se, quando acampados, estavam engajados, participavam de reuniões, manifestações, discutiam sua condição, agora, já assentados, essa força participativa perde força. E isso vai se refletir muito na busca de melhores condições de vida, pois o lote não é entregue como um sonho acabado. Por se tratar de terra dita “improdutiva”

⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – entre uma de suas linhas de atuação está a concessão de crédito rural para agricultores familiares.

⁷ Reunião de agrofloresta refere-se a cursos sobre implantação e manejo de agrofloresta, uma prática relativamente nova e com resultados a longo prazo que pressupõe a conjugação de agricultura e/ou pecuária com floresta.

(condição básica para o processo de desapropriação), é nela que se tem que trabalhar muito mais! Então, a construção de sentidos deve passar por uma transformação. E para isso um novo propósito comum poderia ser o sentido da mobilização: o desenvolvimento sustentável. Nos depoimentos, são notados pontos convergentes em respostas às questões: “qual o sonho que você tem aqui para seu lote?” e “qual a importância da natureza?”. Percebe-se nas entrelinhas que, embora cada um enxergue seu sonho e sua relação com a natureza sob uma perspectiva, os mesmos se complementam, e todos caminham para a definição clássica de desenvolvimento sustentável “uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz as suas necessidades sem diminuir as possibilidades das gerações futuras de satisfazer as delas”⁸.

A questão “mobilização para quê?”, então, ganha significado quando se percebe que tanto a sobrevivência sua e dos filhos (gerações futuras) quanto o respeito ao meio ambiente fazem parte do cotidiano dos assentados. Talvez falte, então, mostrar a eles que estes desejos são comuns e que fazem parte de algo muito maior, que é o desenvolvimento sustentável.

Os papéis da comunicação

Sem mobilização e organização dificilmente se consegue alguma coisa individualmente, ainda mais quando se trata de pequenos produtores rurais. Percebe-se, então, que a comunicação, em seu sentido amplo, realmente tem um papel fundamental no processo de mobilização destes assentados. Em palestra no dia 26/05/2006⁹, Bernardo Toro exemplifica melhor essa importância da comunicação para a mobilização social: a) convocação: ato de liberdade; b) de vontades: ato de paixão e interesses; c) propósito coletivo: ato público; d) para a dignidade humana: ato ético.

E cita que, infelizmente, nem toda comunicação tem tido como foco estas premissas. Para Toro “a comunicação serve para circular sentidos, não importa a forma. Qualquer comunicação que exclui sentidos, exclui parte da sociedade”.

As observações realizadas na pesquisa de campo e as declarações dos assentados confirmam os papéis desempenhados pela comunicação em um processo de mobilização social (formulação do imaginário, campo de atuação e coletivização da ação).

⁸ Este termo foi introduzido no início da década de 1980 por Lester Brown (Capra, 2005) e utilizado, posteriormente, em relatórios das Nações Unidas, entre eles o Informe Brundtland, de 1987, considerado o precursor das discussões sobre desenvolvimento sustentável.

⁹ Realizada durante o 4º Congresso Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) sobre Investimento Social Privado, em Curitiba/PR. Estas reflexões foram anotadas pela autora da pesquisa, que assistiu à palestra.

Formulação do imaginário

A formulação do imaginário passa por um processo de construção da condição das pessoas na sociedade. Isso interfere sobre como o assentado vai se colocar diante das dificuldades e sobre como vai se mobilizar. O imaginário dos assentados se constrói tanto nas relações sociais locais quanto na percepção sobre a luta pela terra.

- Relações sociais locais

Uma das perguntas feitas foi sobre a relação do assentado com os moradores do município de Bituruna, como são tratados, como vêem a relação entre o urbano e o rural. Os assentados enxergam a Reforma Agrária como fator de desenvolvimento do município e creditam aos recursos colocados nos assentamentos a expansão do comércio local. Esta visão é bastante forte e presente em praticamente todos os depoimentos, que mostram as mudanças na percepção da imagem dos assentados.

[*Os assentamentos*] geraram muito recurso, viu. Se você for pegar dez anos atrás o que era o nosso município e o que é agora, eu acho que é consequência da reforma agrária. [...] Os madeireiros infelizmente destruíram o município, construíram só pra eles mas pra sociedade muito pouco. Então a evolução que teve na parte de comércio, um monte de coisa dentro da cidade, foi depois que aconteceu a reforma agrária. Porque se você pegar, só no comércio, eu duvido a família que não gaste pelo mínimo um salário por mês no comércio (Anísio).

[...] antigamente se perguntassem daonde cê é? “Sou lá do assentamento”. Daí eles te encaravam “dos pé a cabeça” e viravam as costas pra você e não te diziam nada. Hoje não (Ílzia).

Eu não sei se ia viajar ou o quê. Eu tava posando no hotel e o homem se deu de prostrar comigo e tal, beleza, e coisa e eu prosa e coisurada e tal, quando ele perguntou daonde que eu era. Quando eu falei que era do Rondon, do assentamento, o homem correu de perto d’eu. Eles [*moradores do município*] tinham nós no começo que se fosse uma tropa de jagunço. [...] Depois que eles começaram a ver o que era o sem terra, o que que o sem terra fazia, como o sem terra se organiza, até junto com nós eles tão agora [*e cita uma manifestação feita em conjunto entre assentados e pequenos produtores do município*]. [...] Os outros agricultor, hoje até nós temos um respeito por parte deles. O que nós fala des te dão muita atenção, porque eles não tinham aquele costume de ter uma organização, o costume do agricultor hoje fora de assentamento são individual né?! Então eles não sabem assim formar, onde buscar informação, o que fazer né. [...] [*em relação aos moradores do município*] É, então nós crescemos [*crescemos*] a cidade. Os próprio comerciante hoje eles acham assim “hoje tá melhor”. Acho que eles se sentem até melhor em negociar com nós agricultor dos assentamento do que talvez um outro (Luiz).

Chegou um ponto da gente mostrá pro governo municipal o que a gente queria da terra. Não só destruí a mata. Que chegou um ponto de

certas pessoas pensarem que os sem terra só destruía as mata. Mas não é assim. Quando eu ganhei esse terreno, tinha três pezinho de pinheiro araucária e hoje eu tenho 2 mil pé plantado, que tá ali, já tá começando a aparecer. [...] O município de Bituruna hoje ele pára mais em pé por causa da presença dos assentado. Nós compra tudo em Bituruna, gasta tudo ali. Dinheiro que veio do Incra tá tudo dentro de Bituruna (Domingos).

Eles acham que a gente é muito ruim, porque fomo ocupar uma fazenda de um fazendeiro, que a gente é agitador, briguento. Prá gente eles não falam, mas pras crianças lá na escola eles falam. Mas agora tá melhorando e o povo tá aprendendo a conviver com a gente. Tão aprendendo que a gente não é baderneiro, criminoso, ladrão. [...] O prefeito disse que assentamento não dá lucro nenhum pro município, só dá prejuízo. Mas veja, o assentamento é a solução pro município. O assentamento gera renda, gera tudo pro município, resolve o problema do município. Por exemplo, aqui tinha um fazendeiro e ele tinha suas 15, 16 cabeça de vaca, umas 30 ovelha e um capataz. E o fazendeiro tinha a fazenda só pra tirar madeira, erva. Quando veio o assentamento aqui, nós temo 31 família. Cada família tem lá umas seis, sete cabeça de gado cada um. E isso foi gastado os recurso tudo dentro do município que fica gerando renda. Foi construída 31 casas com material... isso gera emprego nas lojas, gera renda pras lojas, cresce o município. Quando sai o Pronaf, a gente vai ali e compra nos armazém, na cooperativa, paga as contas. Então tamo gerando riqueza aí (Getúlio).

- Reforma agrária

Já em relação ao próprio processo de Reforma Agrária, a entrevista caminhou no sentido de analisar as percepções dos assentados sobre sua importância. Percebe-se que quanto maior o envolvimento político do assentado, mais crítico é o posicionamento em relação à questão fundiária e ao processo de assentamento. Isso influi decisivamente no papel desempenhado pelo assentado na mobilização. Nota-se que aqueles que têm um pensamento mais articulado com a questão política geralmente exercem papel de liderança, mesmo nas capacitações técnicas.

Ah, eu acho [*que a reforma agrária*] representa mais emprego pro povo. Porque você veja: um lote de terra que você dê pra uma família, quantos você emprega ali dentro? Às vezes você emprega cinco, seis famílias. Então se assenta cem famílias, você emprega quanto? Quase mil! Quase mil então é bastante emprego. E falam tanto em dar emprego pro povo: é só dividir as terras ociosas que têm no país e tá solucionado o emprego. [...] E quanta gente que tá na cidade hoje e sabe trabalhar na agricultura e que tá lá desempregado, e se tivesse oportunidade quem sabe ele voltava pra roça e desincharias as favelas e as cidades, né? (Anísio)

Oia, como a gente que trabaia, [*o processo de reforma agrária*] é justo. O emprego hoje em dia a senhora sabe como é que é: não é fácil. [...] Na roça, o cara luta: se vira, pranta [*planta*], [...] e assim vai lutando né. Na cidade tem que comprar tudo (Celestino).

[*perguntado sobre se não tinha outro jeito de conseguir ou comprar um sítio, se tinha que ir para acampamento mesmo, o assentado responde:*] Não, não tinha condição. Porque o pobre bem pobre, se ele sofre num acampamento é porque ele já não tem condição. Quem tem um pouco condição já nem pensa em acampamento. Ou ele pensa de comprar um terreno escriturado, ou ele pensa mesmo de tirar um de sem terra que tá dentro de um [*referindo-se a alguns assentados que vendem seus lotes*]. [...] Porque se ele tem um pouco de recurso, ele não vai querer se acostumar com acampamento, porque é sofrimento. Então esta é uma história complicada. Só vai mesmo pra um acampamento quem güenta (agüenta) acampamento. Até possuísse um pedaço de terra, é aquele que não tem pra onde ir (Luiz).

[...] algumas pessoas que às vezes não conhecem a luta do campo [...] por intermédio daquele que começou lutando ele começa a entender que a luta do campo não é só ganhar uma terra e ficar sossegado. Daí é que nós temo que fazê mais, pra que nós gere renda pra família e traga melhoramento até pro próprio município (Domigos).

Então eu ia junto cortar mato, cortar empreitada e a gente pensava em comprar um pedacinho de terra. A gente nunca conseguiu. Porque não sobra. Trabalha, trabalha, mas vivemos também (José Soares dos Santos).

Interessante notar que o imaginário é sempre em relação ao outro: habitantes do município, pessoas que não entendem o processo de reforma agrária etc, numa clara demonstração de embate ideológico, demonstrada Van Dijk¹⁰ (2003, p.41):

No plano da descrição teórica, as ideologias são parte da mente dos indivíduos (porque somente os indivíduos têm mente) mas, em outro plano, são uma representação conjunta, distribuída entre as mentes dos membros de um grupo (aquilo que têm em comum). Portanto, ainda que os grupos não tenham, evidentemente, uma mente baseada em um cérebro comum, podemos afirmar que têm um certo componente ‘mental’ comum desde o momento em que compartilham uma ideologia.

Tal reflexão é complementada por Koch (1984, p.19), para quem o discurso é uma ação verbal dotada de intencionalidade, que tenta influenciar o outro ou fazer com que o outro compartilhe suas idéias. Desta forma, por trás de todo discurso há uma ideologia e, neste sentido, não existe discurso neutro.

Então se o discurso, ao contrário, partisse de uma realidade mais prática, comum a todos os seres humanos, como neste caso o desenvolvimento sustentável, as chances de maior envolvimento e aceitação por parte da sociedade seriam maiores. Mas, mais importante: se o imaginário do desenvolvimento sustentável fosse reforçado, os assentados estariam focando o seu dia-a-dia mais adaptado à realidade do conceito.

¹⁰ Original em espanhol. Tradução feita pela autora.

O que se percebe, no entanto, é que o discurso do desenvolvimento sustentável está muito mais no cotidiano dos técnicos, mas nos assentados está muito fragmentado, sem coesão. Como se percebe nos depoimentos acima, falta dar sentido coletivo aos sonhos de cada um, à forma como se vêem na sociedade. Durante a pesquisa de campo, por meio de observações, percebi que o senso de comunidade existe, mas para orações e festas. Já para o dia-a-dia de trabalho, em esforço coletivo, os assentados ainda estão muito longe de conseguirem resultados. Em alguns depoimentos, quando perguntados se o trabalho em mutirão nos lotes seria válido, transparece que eles entendem que esta ação conjunta é necessária, mas ainda não conseguiram colocar em prática:

“Deus o livre”. Óia, se todo mundo viesse, melhorava as coisa!
(Celestino).

É, ajuda. Mas eu vejo assim, até fiz a minha proposta ontem lá, de nós fazer por comunidade¹¹ e daí cada comunidade trabalha na sua. Porque devido a transporte, despesa e coisa que dá... Daí, quando chegar uma hora, a gente se reunir tudo os grupo e fazer as avaliação (Luiz).

A gente pensa assim de trabalhar em grupo, trabalhar mais organizado. Mas hoje tá difícil porque quando forma um assentamento, o pessoal não tem aquele hábito, aquela tradição, aquela cultura de trabalhar em grupo, de fazer as coisa em conjunto. Então é duro a gente organizar e trabalhar e fazer as coisa certo. Daria mais certo se trabalhasse em grupo, mas como o povo não tem esse costume é duro da gente trabalhar com eles, o povo gosta mais de trabalhar individual (Getúlio).

Sem dúvida, um grande desafio de mobilização para a coletivização das ações.

Campo de atuação

Segundo Toro, a comunicação deve deixar bem claro o campo de atuação do reeditor, ou seja, a pessoa poder usar o que sabe, o que faz em seu dia-a-dia, a favor do projeto. E para isso o reeditor precisa ter ferramentas, precisa receber orientações sobre o que deve fazer em seu campo de atuação.

Na prática, essa definição de campo de atuação acontece da seguinte forma:

- Produtor social: no caso em estudo, é o próprio MST e as instituições que propõem e coordenam projetos;
- Reeditor¹²: técnicos e lideranças formais e informais dos assentamentos;

¹¹ Cada assentamento é subdividido em comunidades, estabelecidas por proximidade dos lotes.

¹² Reeditor: pessoa que, por seu papel social, ocupação ou trabalho tem a capacidade de readequar mensagens, segundo circunstância e propósitos, com credibilidade e legitimidade;

- Editor¹³: pesquisador/cientista traz as inovações científicas para o campo; técnicos, quando produzem os materiais para os cursos/eventos; profissionais de comunicação das instituições.

Para este estudo, o interesse principal recai sobre dois papéis: o reeditor, pois é ele quem faz chegar as informações nos assentamentos e exerce uma espécie de liderança junto aos assentados; e o editor, que é quem vai trabalhar as informações para o reeditor. Vale, neste ponto, lembrar algumas idéias de Freire (1977), que deixam clara a atuação principalmente do reeditor (mas vale também para os editores), aqui demonstrado por Freire como a relação entre extensionista e agricultor. Essa clareza de papéis é extremamente importante, pois vai definir a forma e o sucesso da relação entre pesquisadores, extensionistas e produtores rurais e a conseqüente aplicação de saberes úteis ao desenvolvimento sustentável.

Freire (1977, p.24) é enfático ao explicar que é uma posição errada aquela que simplesmente almeja o repasse de informações aos agricultores ou então a obrigação da adoção de uma tecnologia: “não lhe cabe [ao extensionista] portanto, de uma perspectiva realmente humanista, estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las, não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda”. Afirma que essa é uma posição deveras ingênua do extensionista, “ingenuidade que se reflete nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos” (Freire, 1977, p. 27). Um passo crucial, para o autor, é estar inserido na realidade do agricultor, para então poder realizar seu trabalho, de acordo com as necessidades locais, porque “o conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (Freire, 1977, p. 36). E finaliza:

Por tudo isto, o trabalho do agrônomo não pode ser o de adestramento nem sequer o de treinamento dos camponeses nas técnicas de arar, de semear, de colher, de reflorestar etc. Se se satisfazer com um mero adestrar pode, inclusive, em certas circunstâncias, conseguir uma maior rentabilidade do trabalho. Entretanto, não terá contribuído em nada ou quase nada para a afirmação deles como homens mesmos.

Neves (1998, p.166) contribui com esta visão quando afirma que

¹³ Editor: é quem estrutura as mensagens e sabe que códigos são necessários para que a mensagem seja compreendida e absorvida pelo reeditor para que ele possa convertê-la em uma forma de sentir, de atuar e de decidir em função do imaginário.

esse tipo de relação faz aparecer emancipado o que é subordinado ou, no melhor dos casos e desta perspectiva, integrado às regras do jogo que definem os modos de participação. Portanto, uma contradição que não podendo ser superada, deve ser constantemente gerida. Ele pressupõe uma prática que não pode apenas se pautar na suposta inocência das boas intenções e dos compromissos, mas que deve ser constantemente questionada ou colocada sob avaliação e reordenação se, de fato, os objetivos a ela atribuídos são desejados e se, de fato, o horizonte vislumbrado é a construção de novas formas de cidadania e de participação social e política.

Partindo destas idéias, então, como os assentados entrevistados enxergam esta relação com os técnicos extensionistas que assumem a função de reeditor? E quando são eles as lideranças responsáveis pelo contato com outros assentados, como se portam? Importa aqui ter muito claro que tais reeditores precisam ter consciência desse seu papel mobilizador e ver como atuam. Já o editor precisa ter claro como trabalhar com este público reeditor e fazer as informações chegarem de forma correta. As estratégias de comunicação no nível micro e macro explicam melhor como isso acontece.

Coletivização da ação

A coletivização da ação, que deveria ser um item importante na mobilização dos assentados, praticamente não tem espaço. Ao menos não localmente. As entrevistas e observações demonstraram que muitas vezes o assentado não sabe o que acontece na comunidade vizinha, dentro do próprio assentamento. É um gargalo grande da comunicação.

Durante a pesquisa, percebi que os meios de comunicação de massa são muito pouco utilizados para a mobilização dos assentados em Bituruna. Na verdade, por fazerem parte de grandes estruturas que exigem recursos financeiros (mesmo as rádios comunitárias), torna-se inviável seu uso de forma direta. Os veículos, então, não têm sido utilizados para legitimar as ações. Os veículos de massa do próprio MST, como o “Jornal do MST” e o programa de rádio “Vozes da Terra” são praticamente ignorados pelos assentados entrevistados. E os poucos que conhecem sabem que no Jornal do MST são encontradas mais informações a respeito de questões políticas. Não que isso não seja válido. Mas, como já observado anteriormente, a tendência do assentado é se desmobilizar, perder o interesse pela questão política: já conquistaram a terra. A saída, acredito, seria partir de um ponto diferente para novamente conseguir mobilizar este público, que seria o desenvolvimento sustentável. Os veículos de comunicação poderiam, então, ter esse papel legitimador e mobilizador ao coletivizar a ação.



Ao acompanhar a experiência da Pastoral da Criança¹⁴, por exemplo, tive a oportunidade de comprovar que o “Jornal da Pastoral da Criança” era um veículo de mobilização não só porque trazia notícias, mas também porque era uma oportunidade de troca de informações e de conhecer o que comunidades no Brasil inteiro faziam. A sessão “Comunidades” traz relatos, feitos pelas próprias líderes, sobre as atividades que acontecem onde atuam. Além de legitimar as ações, as líderes podem se espelhar no que acontece em outras regiões e realizá-las em seu local de atuação. Ou seja, sentem-se mobilizadas pela troca de informações. Imagino que algo parecido e adaptado à realidade cultural dos assentados poderia ser feito, com uma ampla troca de informações em todo o País sobre práticas de sucesso nos assentamentos. Isso auxiliaria no resgate da positividade cultural: ou seja, começar a pautar informações positivas, de sucesso, em contraposição à negatividade presente nos grandes meios de comunicação.

Nas entrevistas, ficou claro também que os grandes meios não pautam nem legitimam a atuação dos assentados. Cerca de 50% dos assentados de Bituruna, por exemplo, não possuíam energia elétrica até meados de 2006, situação que se alterou com a implantação do Programa “Luz para todos” do Governo Federal. Mas se engana quem pensa que a televisão será a protagonista deste “acender as luzes”. Ela ainda não faz parte das necessidades básicas dos assentados e eles não estão dispostos a investir inicialmente na compra de uma TV. Quando perguntei aos “sem luz” o que eles fariam quando chegasse a energia elétrica, as primeiras respostas eram geladeira e bomba para fazer a água chegar até suas casas (alguns deles precisam buscar água em fontes com baldes). Percebi que a vida segue normalmente, sem a presença da televisão, o que é impensável nos centros urbanos. Mas, o mais importante: os programas que existem dão pouca atenção aos pequenos produtores, constatação feita por eles mesmos. Não é objetivo desta pesquisa analisar os programas voltados aos pequenos produtores mas, como mostrado na macro comunicação, o reforço da teoria por meio da imagem é importante para este público.

Já o rádio, considerado por excelência o veículo do meio rural, tanto por sua portabilidade quanto por sua popularidade e até mesmo pela facilidade de compra, poderia ser melhor utilizado no contato entre técnicos e assentados, uma vez que as longas distâncias a serem percorridas, a falta de recursos para combustível e a ausência de telefones nos lotes muitas vezes impedem a ida dos técnicos aos assentamentos.

¹⁴ Trabalhei na coordenação nacional da instituição de 1997 a 1999.



No entanto, não é isso o que ocorre em Bituruna. Quando utilizado, o espaço nas rádios da região é pago (R\$ 12,00 por aviso – um valor muito alto tendo em conta a realidade local). Ou seja, um grande veículo de massa que poderia estar cumprindo sua função de coletivização da ação, por exemplo, está relegado. Não por falta de vontade, mas porque no interior a política fala mais alto.

De qualquer forma, mesmo com alguns alheios a esta situação, os assentados atribuem ao rádio um papel importante em suas vidas. Não são todos os que o carregam consigo diariamente, mas a hora de escutar notícias é sagrada. A Voz do Brasil, por exemplo, já citada anteriormente, é apontada pelo técnico Talles como uma influência em seu trabalho: “sabe o que influencia muito nosso trabalho? A Voz do Brasil. Porque aparece o Lula falando do Pronaf Mulher, do Pronaf Jovem, que tem tantos milhões... aí chove assentado: ‘ah, eu quero saber, deu na Voz do Brasil ontem’”. Ou seja, “A Voz do Brasil” tão criticada no meio urbano, tem sim influência e importância no meio rural.

Já o jornal impresso é pouco comentado pelos assentados. Os dois jornais existentes no município são utilizados pelas forças políticas locais e abrem quase nenhum espaço para cobertura dos assentamentos, que só aparecem, quando muito, quando são motivo de alguma disputa política.

Hoje vê-se uma evolução tecnológica sem limites... sistemas digitais, internet, grandes avanços. Mas, e quem não tem acesso a isso? É necessário lembrar que em muitos assentamentos, por exemplo, não há sequer energia elétrica, quem dera linha telefônica. Grande parte dos assentados é ainda analfabeto ou semi-analfabeto. Serão eles alijados do desenvolvimento? Ou a comunicação pessoal será cada vez mais fundamental? O vácuo ocasionado pela tecnologia só vai aumentar a diferença? Como conjugar esta realidade com o uso das ferramentas de comunicação? A resposta pode estar na razão comunicativa de Habermas citado por ZITKOSKI (2000, p.318),

que depende, para efetivar-se na vida concreta das sociedades atuais, de amplos processos cultivadores da comunicação aberta e livre, construindo, dessa forma, uma atmosfera sócio-cultural propícia para a reprodução e a ampliação da nova racionalidade desencadeadora dos impulsos de libertação intrínsecos à comunicação originária do mundo vivido.

A pesquisa de campo aprofundou ainda os debates sobre os níveis de comunicação: micro, macro e massa, que revelou importantes formas de atuação da comunicação.



Considerações finais

Um cuidado que sempre precisei tomar foi com o meu olhar urbano em cima do rural, pois, geralmente, a tendência é de urbanizar o rural, tanto em termos de recursos quanto de atitudes. E foi com este olhar, de quem está desvendando o novo e misturando o que sabe com o que aprende, que cheguei a algumas conclusões, que não são definitivas, mas fruto do momento investigado, e que podem contribuir para melhorar o processo de comunicação entre os técnicos e os assentados e, conseqüentemente, a incorporação de tecnologias sustentáveis. As principais conclusões são:

- Falta sentido: está faltando sentido, imaginário comum, aos assentados de Bituruna. Realmente, após o assentamento, parece que os “ex-sem-terra” perdem sua força mobilizadora. Acampamento, reuniões, manifestações coletivas são coisas que passam a pertencer a um passado que não se quer mais lembrar. O imaginário da busca da terra, que não atende mais a seus desejos, expectativas, não foram substituídos por novos sonhos, novas metas a serem conquistadas. Aparentemente, não há mais razão nem motivo para lutarem juntos, buscarem algo em comum. Com exceção dos mais politizados (que parecem ser muito poucos), os demais assentados perdem o sentido de luta coletiva. Se não há sentido, não há mobilização. Mobilização para quê, então?

Percebi, então, a partir do amor e respeito pela natureza, que o desenvolvimento sustentável com a introdução da agrofloresta em seus lotes pode ser um novo objetivo a ser perseguido. Um novo imaginário a ser construído. Em todos os momentos, vi nos assentados uma vontade muito grande de trabalhar com a natureza, respeitando o meio ambiente, mas também tirando seu sustento, sem agressões à floresta. A diferença entre a agricultura convencional e a sustentável parece clara para eles, embora muitas vezes ainda não sintam firmeza na aplicação prática, no “como fazer acontecer” a agricultura sustentável em seu dia-a-dia. As necessidades financeiras e de subsistência são mais prementes. Além disso, esta visão de relação com o desenvolvimento sustentável ainda se apresenta de forma “desconcertada”, cada um com o seu pensamento. Sem sentido coletivo. Existem vontades, mas estas não são convocadas para serem partilhadas.

- Não há coletivização da ação: um segundo ponto percebido é que não há coletivização da ação. Ou seja, por mais que nas conversas os assentados saibam o que um e outro fazem, isso fica restrito a pequenos grupos. Ou seja, a informação não circula; as ações são pouco divulgadas; os sentidos não são compartilhados.



- **Comunicação:** Os níveis de comunicação estão sub-estimados e a prática ainda está muito longe da situação ideal proposta pela teoria. Na verdade, há muito pouca comunicação sistematizada, pensada, planejada. As ferramentas de comunicação são usadas para “apagar incêndio” ou cumprir metas de projetos.

A comunicação pode, se bem planejada e realizada, criar sentido, formular imaginário, coletivizar ações. Mobilizar e fazer com que os assentados caminhem em direção ao tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. p. 19-33.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem** São Paulo: Cortez, 1984.
- NEVES, Delma Pessanha. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In MAGALHÃES, Maria Izabel Santos (org). **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: UnB, 1996.
- RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização social na Agenda 21 local**. Vitória: Edufes/Facitec, 2003.
- TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia M. Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a cidadania e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- VAN DIJK, Teun A. **Ideología y discurso**. Barcelona: Ariel, 2003.
- _____ La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. In WODAK, Ruth; MEYER, Michael (orgs). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona, Espanha: Gedisa Editorial, 2001.
- VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**: contribuição para uma teoria argumentativa. São Paulo: Ática, 1977 (Ensaio nº 26).
- ZITKOSKI, Jaime José. **Horizontes da refundamentação em educação popular**: um diálogo entre Freire e Habermas. Frederico Westphalen: URI, 2000.